

Concessionária do Aeroporto
Internacional de Guarulhos S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do
relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2017

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016	17

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 105 - 12º andar
Edifício Berrini One | Itaim Bibi
São Paulo | SP | Brasil
T +55 11 3886.5100
www.grantthornton.com.br

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.
Guarulhos – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 633.623 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e que, naquela data, o patrimônio líquido (passivo a descoberto) estava negativo em R\$ 730.574 mil e o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 750.752 mil. A Administração, baseada no plano de negócios, considera que além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses, a Companhia também conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa e reequilíbrio do capital circulante líquido. Em 31 de dezembro de 2017, a eventual não confirmação do referido plano de negócios, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Avaliação do valor recuperável do ativo intangível relacionado à concessão

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 10 – “Intangível”, a Companhia possui montante significativo de ativos não financeiros relacionados à sua concessão, que representam 94% do total dos ativos. Em 31 de dezembro de 2017, a situação financeira da Companhia, atrelada ao crescimento econômico do Brasil, eram indicativos de que o valor contábil desse ativo pudesse exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a Administração da Companhia realizou a atualização do teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível realizado em 2016.

Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria, tendo em vista que envolve julgamentos subjetivos que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações contábeis, já que na determinação das premissas utilizadas pela Administração da Companhia, estão inseridas determinadas projeções nos fluxos de caixa que apresentam um alto grau de incerteza, já que são afetadas por condições futuras estimadas para crescimento da economia e do mercado como um todo.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Com o auxílio de nossos especialistas internos de *corporate finance*, revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se os dados considerados no estudo eram as melhores informações disponíveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis. Também revisamos as principais premissas utilizadas considerando o ambiente econômico geral, o planejamento da Companhia, incluindo as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido, as informações históricas utilizadas e também avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto. Analisamos a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa da Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa.

Também como parte de um dos procedimentos aplicados, elaboramos um estudo independente considerando um cenário mais pessimista e comparamos o valor recuperável obtido com o estudo elaborado pela Administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade do ativo em um ambiente mais pessimista.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a avaliação de valor recuperável, elaborada pela Administração da Companhia, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Aditamento do contrato de concessão da outorga

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

Conforme Nota Explicativa nº 14 – “Concessão de serviço público”, a Companhia aderiu ao programa de reprogramação do pagamento da contribuição fixa da outorga previsto na Lei nº 13.449/17, o que resultou no aditamento do contrato de concessão.

A Administração da Companhia, devido ao referido aditamento, procedeu com a revisão e avaliação dos eventuais impactos contábeis e financeiros da referida reprogramação, visando averiguar se as alterações contempladas no aditamento do contrato de concessão não deveriam ser tratadas contabilmente como se fosse uma nova medição dos ativos e passivos relativos ao contrato de concessão, conforme previsto no CPC 12 – Ajuste a valor presente e no CPC 38 – Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração.

Esse tema foi considerado como um assunto crítico em nossa auditoria devido à complexidade do assunto já que eventual escolha inadequada da política contábil por parte da Administração da Companhia poderia resultar em recálculo do ajuste a valor presente do novo fluxo de pagamentos, poderia também haver impacto significativo no saldo do ativo intangível e da própria outorga fixa a pagar, bem como nos valores de amortização e de despesas financeiras futuras, sendo assim, para endereçar os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, tivemos um envolvimento significativo da equipe de auditoria com objetivo verificar, com base nas normas mencionadas, se a Administração da Companhia havia procedido com o julgamento adequado, visando verificar se a atual política contábil deveria ser alterada ou mantida.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis

Efetuamos o entendimento dos julgamentos utilizados pela Administração da Companhia para definição da política contábil aplicada no registro contábil da reprogramação do pagamento da contribuição fixa da outorga e observamos se os julgamentos utilizados possuíam amparo técnico nos pronunciamentos contábeis vigentes, mais especificamente no CPC 12 – Ajuste a valor presente e no CPC 38 – Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração, com o objetivo de avaliar a consistência técnica da política utilizada pela Administração.

Adicionalmente, obtivemos a memória de cálculo do novo fluxo de pagamentos da outorga fixa, que serviu de base para o requerimento da reprogramação dos pagamentos, que demonstra que o Valor Presente Líquido (VPL) do fluxo de pagamentos da contribuição fixa original permaneceu inalterado no VPL do novo fluxo de pagamentos proposto na reprogramação, e efetuamos o recálculo do mesmo com o objetivo de avaliar a precisão aritmética dos cálculos efetuados e confirmar que o VPL dos dois fluxos não se alteram, mesmo após a reprogramação, uma vez que essa foi a principal premissa utilizada para definir que a reprogramação não deveria ser tratada contabilmente como uma nova mediação dos ativos e passivos da outorga.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos que a política contábil adotada pela Administração da Companhia para fins do registro da reprogramação dos pagamentos da outorga fixa é plausível, no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que informa que desde setembro de 2016 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação *Greenfield*, e que envolvem empresas, acionistas, executivos e partes relacionadas do Grupo Invepar do qual a Companhia faz parte. Até o presente momento não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir dessas investigações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

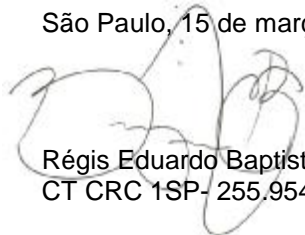
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2018



Régis Eduardo Baptista dos Santos
CT CRC 1SP- 255.954/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	44.420	49.994
Aplicações financeiras vinculadas	5	27.030	24.592
Contas a receber	6	230.152	223.013
Estoques		1.922	1.892
Impostos a recuperar	7a	37.402	31.543
Despesas antecipadas		7.796	6.251
Outros adiantamentos		3.103	1.940
		<u>351.825</u>	<u>339.225</u>
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	5	117.545	77.023
Contas a receber	6	-	22.135
Estoques		13.881	14.866
Impostos a recuperar	7a	409.364	431.240
Partes relacionadas	8	17.730	17.713
Depósitos judiciais	15	8.141	3.271
Imobilizado	9	17.138	21.482
Intangível	10	15.047.967	15.509.082
		<u>15.631.766</u>	<u>16.096.812</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>15.983.591</u>	<u>16.436.037</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

CIRCULANTE

Fornecedores		70.105	75.543
Empréstimos e financiamentos	11	222.157	126.072
Debêntures	12	52.057	34.444
Impostos a recolher	7d	36.494	29.600
Obrigações com empregados e administradores	13	30.211	33.458
Concessão de serviço público	14	437.117	1.249.535
Partes relacionadas	8	34.531	34.549
Receita diferida	16	17.030	14.471
Adiantamento de clientes	17	37.573	141.182
Outros passivos	18	165.302	116.563
		<u>1.102.577</u>	<u>1.855.417</u>

NÃO CIRCULANTE

Empréstimos e financiamentos	11	2.678.723	2.700.872
Debêntures	12	687.965	704.608
Impostos diferidos passivos	7b	124.101	210.545
Concessão de serviço público	14	11.941.423	11.747.090
Provisão para obrigações legais	15	11.200	7.402
Receita diferida	16	158.183	157.054
Adiantamento de Clientes	17	9.993	-
		<u>15.611.588</u>	<u>15.527.571</u>

PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Capital social	19	2.624.558	1.774.558
Prejuízo acumulado		(2.721.509)	(1.653.079)
Resultado do exercício		(633.623)	(1.068.430)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>(730.574)</u>	<u>(946.951)</u>

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO
LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

15.983.591 16.436.037

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita líquida de serviços e cessão de espaço		1.765.619	1.648.976
Receita de construção		-	132.291
Receita operacional líquida	20	<u>1.765.619</u>	<u>1.781.267</u>
Custo dos serviços prestados	21	(1.272.980)	(1.284.146)
Custo de construção	21	-	(128.575)
Lucro bruto		492.639	368.546
Despesas gerais e administrativas	21	(143.197)	(159.292)
Outras receitas e despesas	21	975	41.930
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>350.417</u>	<u>251.184</u>
Resultado financeiro líquido	22	(1.070.483)	(1.318.884)
Resultado antes dos impostos		<u>(720.066)</u>	<u>(1.067.700)</u>
Imposto de renda e contribuição social	7c	86.443	(730)
Prejuízo líquido do exercício		<u>(633.623)</u>	<u>(1.068.430)</u>
Prejuízo líquido por ação (em reais)	28	<u>(0,313)</u>	<u>(0,662)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo do exercício	(633.623)	(1.068.430)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente no exercício	<u>(633.623)</u>	<u>(1.068.430)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		1.774.558	(2.721.509)	(946.951)
Aumento de capital	19	850.000	-	850.000
Prejuízo do exercício		-	(633.623)	(633.623)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	19	2.624.558	(3.355.132)	(730.574)

	Nota	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		1.424.559	(1.653.079)	(228.520)
Aumento de capital	19	349.999	-	349.999
Prejuízo do exercício		-	(1.068.430)	(1.068.430)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	19	1.774.558	(2.721.509)	(946.951)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício antes dos impostos		(720.066)	(1.067.700)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	9/10	764.897	732.705
Margem de construção	20/21	-	(3.716)
Baixa de imobilizado e intangível	9/10	2.198	1.513
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	10.292	4.226
Provisão para obrigações legais	15	3.798	1.956
Apropriação de receita diferida	16	15.504	(108.953)
Variações monetárias e encargos, líquidas		1.070.494	1.318.458
Reequilíbrio econômico financeiro		(9.714)	(123.208)
Realização do custo de captação de empréstimos/debêntures	12	957	1.045
Redução (aumento) nos ativos operacionais			
Contas a receber		4.704	(35.084)
Estoques		955	(160)
Outros adiantamentos		(1.163)	1.078
Impostos a recuperar		16.017	23.007
Depósitos judiciais		(4.870)	(1.513)
Despesas antecipadas		(1.562)	(2.295)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(15.846)	(14.599)
Partes relacionadas		(18)	(957)
Obrigações com empregados e administradores		(3.247)	462
Impostos a recolher		6.894	18.768
Adiantamento de clientes		(93.616)	138.995
Outras obrigações e contas a pagar		48.739	29.233
Outorga variável	14	200.601	187.102
Pagamento outorga variável	14	(187.102)	(183.541)
Receita diferida		(11.816)	229.960
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>1.097.030</u>	<u>1.146.782</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação financeira		(49.766)	(24.909)
Rendimento de aplicação financeira resgatada		41.500	21.881
Aquisição de intangível		(47.390)	(118.689)
Aquisição de imobilizado	9	(110)	(13.113)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		<u>(55.766)</u>	<u>(134.830)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital social	19	850.000	349.999
Captação de empréstimos	11	107.220	101.321
Pagamento de empréstimos, debêntures e conta garantida	11/12	(84.658)	(1.000)
Juros pagos	11/12	(310.950)	(312.622)
Pagamento da outorga fixa	14	(1.608.450)	(1.144.746)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		<u>(1.046.838)</u>	<u>(1.007.048)</u>
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa		<u>(5.574)</u>	<u>4.904</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		49.994	45.090
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>44.420</u>	<u>49.994</u>
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa		<u>(5.574)</u>	<u>4.904</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Receitas		<u>2.384.899</u>	<u>2.009.058</u>
Prestação de serviços e cessão de espaço	20	2.395.191	1.880.993
Receita de construção	20	-	132.291
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(10.292)	(4.226)
Insumos adquiridos de terceiros		<u>(1.103.008)</u>	<u>(839.306)</u>
Custos dos serviços prestados		(1.025.072)	(615.599)
Custo de construção	21	-	(128.575)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(77.936)	(95.132)
Valor adicionado bruto		<u>1.281.891</u>	<u>1.169.752</u>
Retenções			
Depreciação e amortização	21	(764.897)	(731.405)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		<u>516.994</u>	<u>438.347</u>
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		<u>44.993</u>	<u>112.899</u>
Valor adicionado total a distribuir		<u>561.987</u>	<u>551.246</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>561.987</u>	<u>551.246</u>
Pessoal e encargos	21	<u>141.680</u>	<u>161.232</u>
Remuneração direta		101.367	119.037
Benefícios		31.330	33.825
FGTS		8.983	8.370
Impostos, taxas e contribuições		<u>(59.691)</u>	<u>28.827</u>
Federais		(60.821)	27.627
Municipais		1.130	1.200
Remuneração do capital de terceiros		<u>1.113.621</u>	<u>1.429.617</u>
Juros	22	360.448	391.030
Atualização outorga	22	739.483	1.025.475
Outros		13.690	13.112
Remuneração de capital próprio		<u>(633.623)</u>	<u>(1.068.430)</u>
Prejuízo do exercício		(633.623)	(1.068.430)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Concessionária” ou “Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela participação societária do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. GRUPAR (“Grupar”), uma controlada do grupo INVEPAR, com 51% e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO com 49%, constituída em 8 de maio de 2012. A Concessionária é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria “B” e tem como principal objetivo social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária. A Concessionária tem sede na Rodovia Hélio Smidt, s/n, Guarulhos, São Paulo.

O Governo Federal e a Concessionária assinaram o Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro no dia 14 de junho de 2012, pelo período correspondente a 20 anos, tendo seu início em 11 de julho de 2012 e término em 10 de julho de 2032, podendo ser renovado por mais 5 (cinco) anos. Esse Contrato de Concessão prevê que a Concessionária realize pagamentos de Outorga Fixa e Variável, conforme descritos na nota explicativa nº 14.

Pelos próximos 15 (quinze) anos, a Concessionária realizará investimentos para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários.

Em 31 de dezembro de 2017, a Concessionária apresentou prejuízo no montante de R\$ 633.623 (R\$ 1.068.430 em 31 de dezembro de 2016), um capital circulante líquido negativo de R\$ 750.752 (R\$ 1.516.192 em 31 de dezembro de 2016) e patrimônio líquido negativo em R\$ 730.574 (R\$ 946.951 em 31 de dezembro de 2016).

Considerando que, no atual estágio da Concessionária, sua geração de caixa operacional tem por objetivo principal o pagamento das outorgas, podendo ser necessário, em alguns períodos, obter complemento do valor via aporte dos acionistas, é esperado que a Concessionária possua capital circulante negativo, com característica decrescente, com pico no terceiro trimestre de cada ano, após o pagamento da Outorga Fixa, sendo o caixa recomposto com o acúmulo de caixa operacional. Em dezembro de 2017, com o intuito de melhorar a estrutura de capital para os próximos anos, a Concessionária aderiu à reprogramação dos fluxos de pagamentos da contribuição fixa, instituída pela Lei nº 13.999/17, antecipando parcialmente o valor da Outorga Fixa de 2018 e postergando na mesma proporção o valor para 2031 e 2032 (vide nota explicativa nº 14). Esta medida garante caixa suficiente para cumprir com as obrigações de pagamento das Outorgas Fixas futuras.

Em 5 de setembro de 2016 foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede de GRUPAR e da INVEPAR, controladora direta e indireta da Concessionária, respectivamente, no âmbito da Operação Greenfield. A INVEPAR celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração, as investigações prosseguem e tanto as investigações quanto os fatos supracitados, não impactaram as operações da Concessionária.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

As demonstrações contábeis da Concessionária estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Concessionária leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações contábeis é determinado nessa base, como uma mensuração baseada em mercado e não uma mensuração específica da Concessionária. Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, conforme descrito na nota explicativa nº 26.

2.3. Apresentação das demonstrações contábeis

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Concessionária.

A Administração da Concessionária autorizou a emissão destas demonstrações contábeis em 15 de março de 2018.

2.4. Reconhecimento de receita

As receitas são apuradas de acordo com o regime de competência. Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando a mesma puder ser mensurada de forma confiável:

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

Receita de serviços tarifários: é reconhecida pelas tarifas pagas pelos usuários quando da efetiva utilização dos serviços, equipamentos, instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contempla as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia. Essas tarifas são realizadas de acordo com as regras previstas no Contrato de Concessão.

Receita de serviços não tarifários: conforme previsto no Contrato de Concessão, a Concessionária pode reconhecer receitas não tarifárias mediante cessão de espaços no complexo aeroportuário através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

A Concessionária contabiliza receita relativa à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado na demonstração de resultado.

A margem de construção é calculada em montante suficiente para cobrir a responsabilidade primária da Concessionária e os custos incorridos com o gerenciamento e acompanhamento das obras.

2.5. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

A Concessionária definiu o Real (R\$) como sua moeda funcional.

2.6. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Concessionária. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

2.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Concessionária.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, levando em consideração o valor do saldo em aberto e o histórico de perdas com contas a receber.

2.8. Estoques

Os estoques são registrados pelo custo médio de aquisição ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas quando aplicável. Os estoques cuja expectativa de utilização ocorra após 12 meses ou mais da data das demonstrações contábeis, são apresentados no ativo não circulante.

2.9. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.10. Intangível

Refere-se ao valor do direito de concessão registrado a valor presente e direitos de uso de software, sendo registrados ao custo de aquisição.

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do Contrato de Concessão são registrados ao custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente, ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise. Os ativos intangíveis relacionados aos direitos de concessão são amortizados ao longo do prazo da concessão pela curva de benefício econômico, tendo sido adotada a curva de passageiros (PAX) estimada como base para a amortização.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.11. Benefícios a empregados

A Concessionária concede benefícios a empregados incluindo plano de previdência privada, assistência médica, odontológica, participação nos resultados, dentre outros, e é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da INFRAERO. Para os empregados admitidos pela Concessionária o plano de previdência privada oferecido é o BrasilPrev, benefício de aposentadoria por sobrevivência previsto no PGBL e/ou indenização sob a forma de renda prevista no VGBL.

Um passivo de benefícios a empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

2.12. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e os valores contábeis líquidos excedam o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base no contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Até 31 de dezembro de 2017 não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos não financeiros.

2.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Concessionária e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Concessionária possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.14. Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas a impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota		
		Receitas tarifárias	Receitas não tarifárias	Receitas Financeiras
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	1,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,60%	7,60%	4,00%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	5,00%	-	-

Em 23 de dezembro de 2014 foi aprovada a Lei nº 7.342/14 que alterou a alíquota do ISS sobre as receitas tarifárias de 2% para 5% a partir de abril de 2015. Quanto à tributação do PIS e COFINS, a Concessionária adota o regime da não cumulatividade.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes na data do balanço, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro contábil ajustado, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, os quais foram constituídos levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Concessionária requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação a interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Concessionária.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento tributário.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, administrativas e trabalhistas quando aplicáveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

A demonstração do valor adicionado foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.18. Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Concessionária são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Concessionária são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber e créditos com partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Concessionária são: empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, débitos com partes relacionadas e obrigação pela concessão de serviço público.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Concessionária tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente dessa forma, a obrigação pela concessão do serviço público está sendo apresentada líquida do ativo financeiro decorrente do reequilíbrio econômico financeiro aprovado pela ANAC (vide nota explicativa nº 14).

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluído os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Concessionária não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.19. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

2.20. Contratos de Concessão - ICPC 01 (R1) IFRIC 12

A Concessionária contabiliza o Contrato de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o Contrato de Concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do Contrato de Concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do Contrato de Concessão.

2.21. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos procedimentos contábeis e melhorias emitidos pelo IASB:

O *International Accounting Standards Board* - IASB publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes:

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento): Introduz novos requerimentos de classificação, mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

A Administração entende que as novas orientações do IFRS 9/CPC 48 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos e passivos financeiros, principalmente considerando que não possui operações de hedge na data de divulgação destas demonstrações contábeis. A Concessionária não prevê nenhum impacto significativo no balanço patrimonial e na demonstração das mutações do patrimônio líquido, exceto pelo efeito da aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável da IFRS 9/CPC 48, onde aplicará a abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida do contas a receber. Até as análises mais recentes, a Concessionária estima que não haverá impactos relevantes pela mudança de modelo de perdas incorridas para perdas esperadas.

- IFRS 15/CPC 47 - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento): Estabelece um único modelo contendo 5 passos a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15/CPC47, as receitas são reconhecidas ao valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A nova norma substitui a IAS 18/CPC 30(R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17(R1) - Contratos de Construção e correspondentes interpretações. A Administração avaliou suas receitas tarifárias e não tarifárias e concluiu que as novas orientações do IFRS 15/CPC 47 não trarão impactos no reconhecimento das receitas da Concessionária, uma vez que não existem etapas contratuais na execução dos serviços prestados aos clientes relativas a obrigação de desempenho.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16/CPC 06(R2) – Leasing: Estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substitui a IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações, no Brasil essas alterações serão tratadas como revisão do CPC 06.

3. CONTRATO DE CONCESSÃO

O contrato tem por objeto a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária, a serem implementadas nas seguintes fases:

- FASE I-A - Transferência das operações do Aeroporto sob comando da INFRAERO para a Concessionária (fase concluída em 15 de fevereiro de 2013).
- FASE I-B - Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços (fase concluída em 11 de maio de 2014).
- FASE I-C - Expansão aeroportuária e de adequação total a infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária - PEA (fase concluída em 12 de maio de 2016).
- FASE II - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA (Fase atual da Concessionária no exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

O Contrato de Concessão tem prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por até 5 (cinco) anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros.

Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no Contrato de Concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no Contrato de Concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário.

Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação, dentre outras, manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, mantendo um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados.

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Guarulhos, a Concessionária, com a assinatura do Contrato de Concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R\$ 16.213.000 com parcelas anuais de R\$ 810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil), a título de Outorga Fixa.

A Concessionária também se comprometeu a realizar contribuição variável anual que corresponde ao montante, em reais, resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual. Caso a receita bruta anual, observada pela Concessionária, exceda os valores determinados no Contrato de Concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

A Concessionária possui como remuneração as receitas tarifárias (tarifa de embarque, de conexão, de pouso e permanência, de armazenagem e capatazia) e receitas não tarifárias (cessão de espaço), inerentes à exploração dos espaços comerciais.

A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no Complexo Aeroportuário, sendo que a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

A Concessionária e seu acionista privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a Concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	3.719	880
Aplicações em fundos de investimento lastreadas em títulos públicos	<u>40.701</u>	<u>49.114</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>44.420</u></u>	<u><u>49.994</u></u>

As aplicações financeiras são representadas por fundos de investimentos lastreados em títulos públicos federais, em valores mobiliários do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil (BACEN) e em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, com remuneração média de 98,32% do CDI (98,49% do CDI em dezembro de 2016), investimento de curto prazo e com alta liquidez.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante (a)	27.030	24.592
Não circulante (a)	<u>117.545</u>	<u>77.023</u>
Saldo de aplicações financeiras vinculadas	<u><u>144.575</u></u>	<u><u>101.615</u></u>

(a) Títulos para negociação

A Concessionária possui aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos.

Os fundos são remunerados pela taxa média de 97,91% do CDI (98,67% do CDI em 31 de dezembro de 2016) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da Conta Reserva e da Conta Pagamento, destinado ao cumprimento das obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Repassadores (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA, Bradesco), além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

Do montante de aplicação financeira registrado no não circulante, R\$ 4.159 refere-se à aplicação em CDB junto ao Banco Itaú BBA, remunerado pela taxa média de 75% do CDI, cedido como garantia em contrapartida ao suprimento de energia elétrica no mercado livre, conforme contrato de compra e venda de energia elétrica entre a Concessionária e a Rio Paranapanema Energia (empresa do grupo Duke Energy).

6. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Contas a receber tarifárias		
Aeronaves	130.035	111.095
Armazenagem	<u>17.267</u>	<u>16.510</u>
	147.302	127.605
Contas a receber não tarifárias		
Cessão de espaço	<u>106.494</u>	<u>108.760</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	<u>(23.644)</u>	<u>(13.352)</u>
Total contas a receber circulante	<u><u>230.152</u></u>	<u><u>223.013</u></u>
Total contas a receber não circulante	<u><u>-</u></u>	<u><u>22.135</u></u>

Em 31 de dezembro de 2017, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total líquido de PCLD	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	Saldos vencidos						
				<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias
31 DE DEZEMBRO DE 2017	230.152	(23.644)	221.074	9.645	2.685	1.872	778	231	406	17.105
	Total líquido de PCLD	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	Saldos vencidos						
				<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias
31 DE DEZEMBRO DE 2016	245.148	(13.352)	230.159	10.663	1.246	790	887	699	897	13.159

Em 31 de dezembro de 2017, a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 23.644 (R\$ 13.352 em 31 de dezembro de 2016), onde 73% desse total representam títulos vencidos há mais de 180 dias.

A Concessionária não considera na provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa os títulos vencidos a mais de 180 dias que não representam risco de crédito.

Movimentação na provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa.

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo no início do exercício	(13.352)	(9.126)
Adições	(13.982)	(22.876)
Reversões	1.076	8.818
Baixa	2.614	9.832
Saldo no fim do exercício	<u>(23.644)</u>	<u>(13.352)</u>

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
IRRF	6.586	7.888
IRPJ a compensar	655	258
CSLL a compensar	131	48
PIS e COFINS	29.989	23.308
ISS	41	41
Total dos impostos a recuperar - circulante	<u>37.402</u>	<u>31.543</u>
PIS e COFINS - não circulante	<u>409.364</u>	<u>431.240</u>

Os impostos a recuperar são decorrentes, principalmente, de crédito de PIS e COFINS sobre os investimentos e insumos além do IRRF sobre aplicações financeiras.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Concessionária, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro (IAS 12) e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções.

A Concessionária considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	688.029	688.029
Diferenças temporárias - Provisões indedutíveis	18.041	18.041
Outorga fiscal(*)	(628.307)	(671.638)
AVP outorga fiscal	(166.180)	(208.611)
Margem de construção(*)	(33.815)	(36.075)
AVP reequilíbrio	(1.869)	(291)
	<u>(124.101)</u>	<u>(210.545)</u>

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal e margem de construção, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados mensalmente pelo prazo restante do Contrato de Concessão, conforme Inciso IV do artigo. 69 da Lei nº 12.973/14.

A Concessionária não constituiu o montante de R\$ 158.163 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 363.064 em 31 de dezembro de 2016) de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. O valor acumulado, até 31 de dezembro de 2017, de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos é de R\$ 1.183.073 (R\$ 1.024.838 em 31 de dezembro de 2016).

A Concessionária estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	<u>Ativo</u>
2021	6.374
2022	51.465
2023	92.636
2024 a 2027	555.595
	<u>706.070</u>

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer nos próximos anos.

c) Conciliação entre imposto de renda e contribuição social nominais e efetivo

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de renda e contribuição social		
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(720.066)	(1.067.700)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	244.822	363.018
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do exercício		
Diferenças permanentes	(216)	(684)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(158.163)	(363.064)
Total dos impostos no resultado - diferido	<u>86.443</u>	<u>(730)</u>

d) Impostos a recolher

	31/12/2017	31/12/2016
PIS e COFINS	23.794	20.607
ISS	7.283	4.601
ISS terceiros	950	805
IRRF	1.620	1.192
INSS s/terceiros	1.498	1.232
PIS, COFINS e contribuição social	1.349	1.163
Circulante	<u>36.494</u>	<u>29.600</u>

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Concessionária.

A tabela a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas:

			31/12/2017			
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo Circulante	Resultado
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	-	17.730	24.905	-
ACSA	Prestação de serviços de consultoria	Acionista indireto	-	-	8.648	8.648
INST. INVEPAR	Prestação de serviços de consultoria	Coligada	-	-	-	180
CART (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	-	521	-
METRORIO (ii)	Folha de pagamento de Funcionários a Serviço GRU	Coligada	-	-	457	-
			-	17.730	34.531	8.828
			31/12/2016		31/12/2016	
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo Circulante	Resultado
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	-	17.713	24.905	-
ACSA	Prestação de serviço de consultoria	Acionista indireto	-	-	8.666	7.897
INST. INVEPAR	Prestação de serviços de consultoria	Coligada	-	-	-	180
CART(ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	-	521	-
METRORIO(ii)	Folha de pagamento de Funcionários a Serviço GRU	Coligada	-	-	457	-
			-	17.713	34.549	8.077

a) Sumário das transações entre partes relacionadas

- (i) A Concessionária e INFRAERO possuem valores de receitas e custos a serem repassados de parte a parte, decorrentes da transição da operação.
- (ii) Os passivos com as coligadas CART e METRÔ RIO são valores referentes a gastos com funcionários cedidos à Concessionária.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da Administração durante o período foi a seguinte:

	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró-labore	4.862	5.139
Bônus	3.354	3.973
Outros benefícios	486	1.940
Encargos	1.581	1.775
Total da remuneração	10.283	12.827

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada, considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

Em 31 de dezembro de 2017, o passivo da Concessionária com obrigações com pessoal da administração totalizava R\$ 3.345 (R\$ 3.076 em dezembro de 2016). A remuneração global máxima da Administração aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2017 para o exercício de 2017 é de R\$ 13.348, incluindo os encargos previdenciários incidentes.

9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Saldo em 31/12/2016	Adições	Transferência	Saldo em 31/12/2017
Custo					
Instalações	5%	11.944	-	-	11.944
Máquinas e equipamentos	10%	3.563	-	138	3.701
Móveis e utensílios	10%	2.743	-	-	2.743
Veículos	20%	2.105	-	114	2.219
Equipamentos de informática	20%	10.502	110	(252)	10.360
Total		30.857	110	-	30.967
Depreciação acumulada					
Instalações		(166)	(1.140)	-	(1.306)
Máquinas e equipamentos		(1.851)	(591)	-	(2.442)
Móveis e utensílios		(1.254)	(379)	-	(1.633)
Veículos		(807)	(368)	-	(1.175)
Equipamentos de informática		(5.297)	(1.976)	-	(7.273)
Total		(9.375)	(4.454)	-	(13.829)
Imobilizado líquido		21.482	(4.344)	-	17.138

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2016
Custo						
Instalações	5%	1.240	10.548	-	156	11.944
Máquinas e equipamentos	10%	6.213	51	(2.767)	66	3.563
Móveis e utensílios	10%	2.587	29	-	127	2.743
Veículos	20%	2.111	-	(76)	70	2.105
Equipamentos de informática	20%	8.436	2.485	-	(419)	10.502
Total		20.587	13.113	(2.843)	-	30.857
Depreciação acumulada						
Instalações		(90)	(76)	-	-	(166)
Máquinas e equipamentos		(2.205)	(946)	1.300	-	(1.851)
Móveis e utensílios		(865)	(389)	-	-	(1.254)
Veículos		(492)	(353)	38	-	(807)
Equipamentos de informática		(3.615)	(1.682)	-	-	(5.297)
Total		(7.267)	(3.446)	1.338	-	(9.375)
Imobilizado líquido		13.320	9.667	(1.505)	-	21.482

Sobre o ativo imobilizado da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

Perdas por redução ao valor recuperável

Em 31 de dezembro de 2017, não foram identificadas evidências de ativos imobilizados com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

10. INTANGÍVEL

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2017
Custo						
Software e sistemas	20%	26.225	-	-	697	26.922
Outorga fixa - concessão	(a)	13.918.432	241.841	-	-	14.160.273
Investimento para concessão	(a)	4.013.079	8.672	-	57.516	4.079.267
Em andamento		23.388	51.013	-	(58.213)	16.188
Adiantamento a fornecedores		2.198	-	(2.198)	-	-
Total		17.983.322	301.526	(2.198)	-	18.282.650
Amortização						
Software	20%	(11.250)	(5.272)	-	-	(16.522)
Outorga fixa - concessão	(a)	(2.037.901)	(561.897)	-	-	(2.599.798)
Investimento para concessão	(a)	(425.089)	(193.274)	-	-	(618.363)
Total		(2.474.240)	(760.443)	-	-	(3.234.683)
Intangível líquido		15.509.082	(458.917)	(2.198)	-	15.047.967
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2016
Custo						
Software e sistemas	20%	44.374	512	-	(18.661)	26.225
Outorga fixa - concessão	(a)	13.490.813	427.619	-	-	13.918.432
Investimento para concessão	(a)	3.798.316	37.994	(8)	176.777	4.013.079
Em andamento		76.479	104.633	-	(157.724)	23.388
Adiantamento a fornecedores		392	2.198	-	(392)	2.198
Total		17.410.374	572.956	(8)	-	17.983.322
Amortização						
Software	20%	(7.933)	(3.486)	-	170	(11.249)
Outorga fixa - concessão	(a)	(1.487.992)	(549.909)	-	-	(2.037.901)
Investimento para concessão	(a)	(249.056)	(175.864)	-	(170)	(425.090)
Total		(1.744.981)	(729.259)	-	-	(2.474.240)
Intangível líquido		15.665.393	(156.303)	(8)	-	15.509.082

(a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

Segundo orientações contidas no OCPC 05, a Outorga Fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a. e terá sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente à finalização de cada fase. Mais detalhes sobre a Outorga Fixa estão descritos na nota explicativa nº 14.

As adições no período referem-se, em sua maioria, às obras em andamento e capitalização dos encargos da Outorga Fixa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram capitalizados no ativo intangível R\$ 241.841 de atualização monetária da Outorga Fixa (R\$ 427.619 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016) e R\$ 1.889 de juros sobre empréstimos e financiamentos (R\$ 7.618 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

Sobre os ativos intangíveis da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Perdas por redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2017 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, calculado entre 1º de janeiro de 2018 até 10 de julho de 2032 (previsão de término do Contrato de Concessão).

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição da dívida

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos Anuais (spread)	Saldo Inicial 31/12/2016	Captação	Pagamento do Principal	Juros Incorridos	Pagamento de Juros	Saldo final 31/12/2017
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.941.629	53.505	(46.365)	189.311	(168.193)	1.969.887
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	1.993	870	-	164	(136)	2.891
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	832.620	22.845	(19.330)	92.684	(81.393)	847.426
Itaú	Carta Fiança	Indeterminado	INPC	2,90%	5	-	-	28	(27)	6
Caixa Econômica Federal	Conta Garantida	dez/18	CDI	spread	50.697	-	-	8.065	(8.302)	50.460
Daycoval	CCB	jul/19	CDI	5,54%	-	30.000	-	210	-	30.210
Total					2.826.944	107.220	(65.695)	290.462	(258.051)	2.900.880
Parcela do circulante										222.157
Parcela do não circulante										2.678.723

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos Anuais (spread)	Saldo Inicial 31/12/2015	Captação	Pagamento Principal	Juros Incorridos	Pagamento de Juros	Saldo final 31/12/2016
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.879.610	34.752	-	203.931	(176.664)	1.941.629
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	1.285	679	-	155	(126)	1.993
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	806.070	14.890	-	91.080	(79.420)	832.620
Itaú	Carta Fiança	Indeterminado	INPC	2,90%	5	-	-	23	(23)	5
Caixa Econômica Federal	Conta Garantida	dez/18	CDI	spread	-	51.000	(1.000)	5.576	(4.879)	50.697
Total					2.686.970	101.321	(1.000)	300.765	(261.112)	2.826.944
Parcela do circulante										126.072
Parcela do não circulante										2.700.872

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos são capitalizados em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será devida proporcionalmente à finalização de cada fase. Em 31 de dezembro de 2017 o montante capitalizado no período foi de R\$ 1.889 (R\$ 7.618 no período findo em 31 de dezembro de 2016).

Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:

2019	164.925
2020	199.493
2021	330.615
2022 em diante	1.983.690
	<hr/>
	2.678.723
	<hr/>

Fiança

Em 01 de julho de 2014 a Concessionária contratou Carta Fiança no montante de R\$ 665 para garantir o pagamento de quantias questionadas nos autos da Execução de Título Extrajudicial, processo nº 1007422-31.2014.8.26.0224 perante o Juízo de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos – SP. Este saldo é atualizado de acordo com a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e com o *spread* de 2,9% a.a.

Conta Garantida

Em 28 de abril de 2016, a Concessionária utilizou o montante de R\$ 50.000 da Conta Garantida, com a finalidade de limite de crédito rotativo, com juros remuneratórios obtidos pela composição da taxa CDI Cetip e sobrepreço efetivo anual, incidentes sobre a média aritmética simples dos saldos devedores diários.

CCB – Cédula de Crédito Bancário

Em 14 de dezembro de 2017, a Concessionária utilizou o montante de R\$ 30.000 da Cédula de Crédito Bancário (CCB), com a finalidade de capital de giro, com juros remuneratórios, obtidos pela composição da taxa CDI e sobrepreço efetivo anual.

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Os empréstimos e financiamentos, relacionados aos contratos firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e aos bancos repassadores: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA e Bradesco, além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário, são garantidos através do penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão, penhor dos direitos de administração de conta corrente e penhor de ações dos acionistas (INFRAERO e GRUPAR).

Além das garantias apresentadas, a Concessionária possui um contrato de suporte de acionistas (*ESA - Equity Support Agreement*) que é parte integrante e inseparável do contrato de financiamento com o BNDES, que impõem a obrigação por parte dos acionistas de aportar na Concessionária o valor necessário para o pagamento integral e anual da Outorga, englobando a contribuição fixa e variável.

Conforme contrato de financiamento com o BNDES os *covenants* financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, após a conclusão de todas as obras financiadas, o que deverá ocorrer a partir de 2019, e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

Em 23 de maio de 2017, foi solicitado a anuência do BNDES para o pagamento parcelado da Outorga Fixa no ano de 2017, entre o período de 11 de julho a 20 de dezembro. Devido à não constituição da Conta Outorga Fixa, em 12 de maio de 2017, as contas do projeto ficaram bloqueadas, sendo que liberar-se-ia o saldo da Conta Outorga Fixa para uso exclusivo da amortização da Outorga Fixa nos dias 11 de julho, 30 de agosto, 30 de setembro, 30 de outubro, 30 de novembro e 20 de dezembro de 2017.

Em resposta à carta enviada em 23 de maio de 2017, o BNDES autorizou a (i) transferência diária do excedente de saldo acumulado na Conta Pagamento, devido ao bloqueio das “Contas do Projeto”, desde o dia 15 de maio de 2017, para a Conta Outorga Fixa; (ii) a utilização do saldo apurado na Conta Outorga Fixa para a amortização até 20 de dezembro de 2017 e (iii) o pagamento da Contribuição Tarifária, criada pela ANAC em substituição ao ATAERO, com os recursos oriundos da Conta ATAERO.

Conforme acordado com o BNDES, bancos repassadores e de acordo com o Contrato de Cessão Fiduciária e Administração de Contas, o Banco Itaú (Banco Administrador das contas do Aeroporto) efetuou temporariamente o bloqueio das contas bancárias, ocasionando no aumento no controle dos pagamentos, a saber: (i) limite de alçada para realizar pagamentos, considerando como meta a média de pagamentos realizados no último trimestre; (ii) todas as operações bancárias passam a ser realizadas apenas pelo Banco Itaú; (iii) do montante recebido diariamente será retido o recurso para pagamento dos Repasses ao Governo (Contribuição Tarifária/Repasso ao Tesouro); (iv) do saldo remanescente dos recebimentos cedidos fiduciariamente passa a ser dividido em 35% para Conta Operação e 65% para composição da Conta Pagamento; (v) após a composição da Conta Pagamento, o saldo excedente será transferido para composição das demais Contas. O bloqueio das contas não interferiu na operação e no funcionamento do Aeroporto.

Em 12 de dezembro de 2017, a Concessionária efetivou a liquidação da Outorga Fixa, mediante o pagamento do principal, multa e juros, resultando no montante de R\$ 1.653.425. As contas do projeto foram desbloqueadas em 14 de dezembro de 2017, após a autorização dos credores do Aeroporto.

12. DEBÊNTURES

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 476, no valor de R\$ 300.000, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada, totalizando 300.000 debêntures (75.000 debêntures para cada série).

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para suportar os investimentos na ampliação da infraestrutura do Aeroporto.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,86% a.a., correspondente a 1ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, a partir da data de emissão até a data de pagamento dos juros das debêntures, sendo que a 1ª série terá seu pagamento em 15 de março, a 2ª série em 15 de junho, a 3ª série em 15 de setembro e a 4ª série em 15 de dezembro, até a amortização do principal que será em 9 (nove) parcelas anuais, a partir de 15 de março de 2017 até 15 de dezembro de 2025, conforme vencimentos descritos a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>1ª série</u>	<u>2ª série</u>	<u>3ª série</u>	<u>4ª série</u>
5%	15/03/2017	15/06/2017	15/09/2017	15/12/2017
5%	15/03/2018	15/06/2018	15/09/2018	15/12/2018
8%	15/03/2019	15/06/2019	15/09/2019	15/12/2019
10%	15/03/2020	15/06/2020	15/09/2020	15/12/2020
12%	15/03/2021	15/06/2021	15/09/2021	15/12/2021
15%	15/03/2022	15/06/2022	15/09/2022	15/12/2022
15%	15/03/2023	15/06/2023	15/09/2023	15/12/2023
15%	15/03/2024	15/06/2024	15/09/2024	15/12/2024
15%	15/03/2025	15/06/2025	15/09/2025	15/12/2025

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 8 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 400, no valor de R\$ 300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, totalizando 300.000 debêntures.

A totalidade dos recursos líquidos captados pela Concessionária por meio da segunda emissão de debêntures foi utilizada especificamente para a liquidação antecipada das Notas Promissórias emitidas em 7 de maio de 2014.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 6,40% a.a., correspondente à 2ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, um ano após a emissão, até a amortização do principal que possuem vencimentos conforme descrito a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>Data</u>
5%	15/10/2018
5%	15/10/2019
8%	15/10/2020
10%	15/10/2021
12%	15/10/2022
15%	15/10/2023
15%	15/10/2024
15%	15/10/2025
15%	15/10/2026

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos Anuais	Saldo Inicial 31/12/2016	Pagamento do Principal	Juros Incorridos	Pagamento de Juros	Custo de Emissão	Saldo final 31/12/2017
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	385.200	(18.963)	38.752	(29.750)	-	375.239
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	362.541	-	33.123	(23.149)	-	372.515
Custo com emissão				(8.689)	-	-	-	957	(7.732)
Total				739.052	(18.963)	71.875	(52.899)	957	740.022

Parcela do circulante	52.057
Parcela do não circulante	687.965

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos Anuais	Saldo Inicial 31/12/2015	Pagamento do Principal	Juros Incorridos	Pagamento de Juros	Custo de Emissão	Saldo final 31/12/2016
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	361.269	-	52.677	(28.746)	-	385.200
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	340.095	-	45.210	(22.764)	-	362.541
Custo com emissão				(9.734)	-	-	-	1.045	(8.689)
Total				691.630	-	97.887	(51.510)	1.045	739.052

Parcela do circulante	34.444
Parcela do não circulante	704.608

Em 31 de dezembro de 2017, os custos de captação com as instituições financeiras para emissão das debêntures são de R\$ 7.732 (R\$ 8.689 em 31 de dezembro de 2016).

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

2019	41.947
2020	67.355
2021	82.299
2022 em diante	496.364
	<u>687.965</u>

No exercício de 2017, a Concessionária realizou pagamento de juros no montante total de R\$ 29.750, sendo R\$ 7.391 da 1ª série, R\$ 7.442 da 2ª série, R\$ 7.426 da 3ª série e R\$ 7.491 da 4ª série, referentes à 1ª emissão de Debêntures. Adicionalmente, iniciou-se a amortização do principal, seguindo o cronograma, no montante de R\$ 18.963, atualizado pelo IPCA, das Debentures da 1ª emissão. Com relação à 2ª emissão foi efetivado o pagamento de juros da série única, no montante de R\$ 23.149.

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

As debêntures têm como garantias o penhor da totalidade das ações de seus acionistas (INFRAERO e GRUPAR), a cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão e cessão fiduciária dos direitos creditórios da conta centralizadora, que são compartilhados com o financiamento do BNDES, além do Suporte de Acionistas (*Equity Support Agreement - ESA*). Conforme contrato de financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) os *covenants* deverão ser apresentados, obrigatoriamente, após a conclusão de todas as obras financiadas, o que deverá ocorrer a partir de 2019 e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

13. OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
INSS a recolher	2.257	2.748
FGTS a recolher	729	909
Férias e encargos sobre férias	11.315	13.671
Programa de participação nos resultados	15.556	15.670
Outros	354	460
	<u>30.211</u>	<u>33.458</u>

14. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Objeto	Saldo Inicial 31/12/2016	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transf.	Compensação	Pagamento	Saldo final 31/12/2017
Outorga variável	187.102	200.601	-	-	-	-	(187.102)	200.601
Outorga fixa	1.105.715	-	44.684	14.510	733.518	-	(1.653.425)	245.002
(-) Reequilíbrio	(43.282)	-	(968)	-	(9.211)	44.975	-	(8.486)
Circulante	1.249.535	200.601	43.716	14.510	724.307	44.975	(1.840.527)	437.117
Outorga fixa	11.827.018	-	700.055	227.331	(733.518)	-	-	12.020.886
(-) Reequilíbrio	(79.928)	-	(8.746)	-	9.211	-	-	(79.463)
Não circulante	11.747.090	-	691.309	227.331	(724.307)	-	-	11.941.423
Total	<u>12.996.625</u>	<u>200.601</u>	<u>735.025</u>	<u>241.841</u>	<u>-</u>	<u>44.975</u>	<u>(1.840.527)</u>	<u>12.378.540</u>

Objeto	Saldo Inicial 31/12/2015	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transf.	Pagamento	Saldo final 31/12/2016
Outorga variável	183.541	187.102	-	-	-	(183.541)	187.102
Outorga fixa	1.012.498	-	76.857	41.018	1.120.088	(1.144.746)	1.105.715
(-) Reequilíbrio (b)	-	(39.940)	(3.342)	-	-	-	(43.282)
Circulante	1.196.039	147.162	73.515	41.018	1.120.088	(1.328.287)	1.249.535
Outorga fixa	11.668.804	-	891.701	386.601	(1.120.088)	-	11.827.018
(-) Reequilíbrio (b)	-	(73.906)	(6.022)	-	-	-	(79.928)
Não circulante	11.668.804	(73.906)	885.679	386.601	(1.120.088)	-	11.747.090
Total	<u>12.864.843</u>	<u>73.256</u>	<u>959.194</u>	<u>427.619</u>	<u>-</u>	<u>(1.328.287)</u>	<u>12.996.625</u>

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA

Pela assinatura do Contrato de Concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$ 16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% (nove vírgula quinze por cento), conforme OCPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$ 810.650. Esses pagamentos ocorrerão no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva dois meses antes. Os pagamentos serão reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil).

Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual, deduzida da receita de construção. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no Contrato de Concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Em 12 de maio de 2017, a Concessionária comunicou ao mercado que, tendo em vista a proposta de reprogramação do pagamento da contribuição fixa anual devida no ano de 2017, encaminhada pela Concessionária em janeiro de 2017 à Secretaria de Aviação Civil, não havia realizado a composição da Conta Reserva prevista nos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Administração de Contas, firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Bancos Repassadores, e a nas escrituras da 1ª e da 2ª emissão de debêntures da Concessionária, uma vez que a obrigação de pagamento da Outorga Fixa foi parcelada entre os meses de julho a dezembro de 2017.

Do total da Outorga devida em 2017, a Concessionária realizou pagamentos mensais, totalizando um montante de R\$ 1.653.425, sendo R\$ 1.139.394 de valor principal da Outorga, R\$ 19.580 de multa e R\$ 34.451 de juros devido pelo pagamento parcelado, R\$ 460.000 referente a parcela da Outorga Fixa 2018, pago antecipadamente, além da compensação da parcela do reequilíbrio econômico financeiro no montante de R\$ 44.975.

Em 26 de outubro de 2017 a Medida Provisória 779/17, que tratava sobre a reprogramação do pagamento da contribuição fixa, foi convertida na Lei nº 13.499/17, a qual, celebra os aditivos contratuais que versem sobre a alteração do cronograma de pagamentos das outorgas nos contratos de parceria no setor aeroportuário celebrados até 31 de dezembro de 2016.

Em 17 de agosto de 2017, através da Nota Técnica nº 11(SEI)/2017/SRA, a ANAC consentiu a reprogramação do fluxo de pagamento das outorgas e apresentou aditivo do contrato, estabelecendo o novo fluxo de pagamentos.

Em 19 de dezembro de 2017, após pagar integralmente a Outorga Fixa de 2017, a Concessionária realizou a antecipação do valor de R\$ 319.000, atualizado nesta data, totalizando o montante de R\$ 460.000 referente à parte da Outorga Fixa de 2018, em conformidade com o aditamento ao contrato de concessão que alterou o fluxo de pagamento da Outorga Fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017 e da Portaria nº 135/MTPA. De acordo com o referido aditamento, a Concessionária postergará para os anos entre 2031 e 2032 o montante pago antecipadamente de R\$ 319.000, devidamente atualizado. O saldo remanescente de R\$ 172.000, será pago em julho de 2018.

Reequilíbrio econômico financeiro

Em 30 de outubro de 2014, a Concessionária protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão ANAC 121, de 13 de novembro de 2012, que teve como objetivo a alteração unilateral das tarifas aplicáveis aos serviços de Armazenagem e Capatazia referentes às cargas importadas em trânsito. Tal regime tarifário diferiu pontualmente em relação àquele aplicável à INFRAERO no tocante ao mecanismo de cálculo das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao mercado de carga importada, entre as alterações, destaca-se o tratamento dispensado às cargas em trânsito para zona primária e trânsito internacional.

Em 22 de dezembro de 2016 a Diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC decidiu aprovar a 1ª Revisão Extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos em R\$ 113.844 com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

Conforme estabelecido na decisão nº 191 da ANAC a parcela da contribuição fixa devida em cada ano será deduzida pelo valor aplicável conforme tabela.

Ano	Valor a ser deduzido
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	5.745
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
Total	113.844

Os valores estabelecidos na tabela serão revistos quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal, e eventuais diferenças relativas as estimativas dos anos anteriores deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA, calculado pelo IBGE, acumulado entre abril de 2016 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução ANAC nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

Conforme cronograma, em 11 de julho de 2017, as parcelas correspondentes aos anos de 2016 e 2017, atualizadas pelo IPCA, foram compensadas no momento do pagamento da Outorga Fixa, totalizando um montante de R\$ 44.975.

15. PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Concessionária é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos, como apresentado a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>Provisões</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisão para riscos					
Trabalhistas (a)	7.137	1.096	(20)	2.447	10.660
Tributário (b)	21	264	(141)	14	158
Administrativos (c)	218	187	(146)	30	289
Cíveis (d)	26	117	(52)	2	93
Total	7.402	1.664	(359)	2.493	11.200

A Concessionária, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

Riscos possíveis - Valores não provisionados

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisão para riscos		
Trabalhistas (a)	2.627	2.211
Tributários (b)	10.807	369
Administrativo (c)	13.362	15
Cíveis (d)	786	9
Total	27.582	2.604

a) Riscos trabalhistas

A Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização).

b) Riscos tributários

Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadorias sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto e Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de Guarulhos arguindo a cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

c) Riscos Administrativos

Autuações oriundas de autoridades administrativas, como ANAC, ANVISA, IPEM-SP/INMETRO, Prefeitura do Município de Guarulhos, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo.

d) Riscos cíveis

Processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, motivados por furto ou extravio de bagagem ou outros fatos ocorridos dentro do Aeroporto cuja responsabilidade está sendo imputada à Concessionária, ou processos promovidos por cessionários de área aeroportuária (lojistas, companhias aéreas, outros) e fornecedores, relativos de pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigação de fazer, ou outras naturezas.

Depósitos recursais e judiciais

Em 31 de dezembro de 2017, a Concessionária possuía R\$ 8.141 em depósitos recursais e judiciais (R\$ 3.271 em 31 de dezembro de 2016).

16. RECEITA DIFERIDA

	Saldo Inicial 31/12/2016	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final 31/12/2017
Circulante					
Cessão de espaço	7.329	467	(8.363)	9.841	9.274
Reequilíbrio	7.142		(7.296)	7.910	7.756
	14.471	467	(15.659)	17.751	17.030
Não Circulante					
Cessão de espaço	83.149	18.725	-	(9.841)	92.033
Reequilíbrio	73.905	-	155	(7.910)	66.150
	157.054	18.725	155	(17.751)	158.183
	171.525	19.192	(15.504)	-	175.213

	Saldo Inicial 31/12/2015	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final 31/12/2016
Circulante					
Cessão de espaço	6.142	1.187	(7.192)	7.192	7.329
Reequilíbrio	-	39.938	(32.796)	-	7.142
	6.142	41.125	(39.988)	7.192	14.471
Não Circulante					
Cessão de espaço	44.376	45.965	-	(7.192)	83.149
Reequilíbrio	-	73.905	-	-	73.905
	44.376	119.870	-	(7.192)	157.054
	50.518	160.995	(39.988)	-	171.525

A receita diferida da Concessionária está composta por contratos com lojistas, referente à cessão de espaço, como também o impacto do reconhecimento diferido da receita com o reequilíbrio econômico financeiro.

A atualização do reequilíbrio econômico, feita por meio do reconhecimento do ajuste a valor presente ao resultado, se dá em base sistemática semelhante à apropriação da receita diferida. Por este motivo, o montante de receita diferida de reequilíbrio econômico no passivo não circulante não teve qualquer movimentação de atualização.

17. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante	37.573	141.182
Não circulante	9.993	-
Total	<u>47.566</u>	<u>141.182</u>

Valores referentes a antecipação de recebíveis, relacionados ao direito de exclusividade na exploração das atividades que são objetos de geração de receitas não-tarifárias.

18. OUTROS PASSIVOS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Repassé ATAERO (a)	1.895	56.772
Repassé PAN/PAT (b)	29	61
Repassé ao Tesouro Nacional (c)	110.138	59.730
Contribuição Tarifária (d)	53.241	-
Total	<u>165.302</u>	<u>116.563</u>

- (a) O repasse ATAERO era o adicional tarifário instituído pela Lei nº 7.920/89, cobrado sobre as tarifas aeroportuárias no percentual de 35,90% dos valores efetivamente cobrado dos usuários. A Lei nº 13.319/16 extinguiu a cobrança deste repasse e criou a Contribuição Tarifária, sem impactos no resultado da Concessionária;
- (b) O repasse PAN/PAT foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao DECEA – Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Os percentuais são variáveis e determinados conforme peso das bagagens e cargas;
- (c) O repasse ao Tesouro Nacional corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela Lei nº 9.825/99. O repasse corresponderá a US\$ 18,00 (dezoito dólares estadunidense) independentemente da tarifa praticada e dos reajustes decorrentes do Contrato de Concessão.
- (d) A Contribuição Tarifária corresponde ao montante mensal resultante da aplicação de alíquota de 22,65% sobre a receita mensal proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pouso e Permanência e dos Preços Unificados e de Permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Concessionária é de R\$ 2.624.558 (em 31 de dezembro de 2016 era R\$ 1.774.558), sendo totalmente subscrito e integralizado. Composto por ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

	31/12/2017		
	Capital	Ações ordinárias	%
Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR	1.338.525	1.547.106.254	51
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	1.286.033	1.486.435.421	49
Total	2.624.558	3.033.541.675	100

O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 12 de dezembro de 2017, a Concessionária realizou aumento de capital social no valor de R\$ 850.000, mediante a emissão de 1.103.896.102 novas ações ordinárias.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2017	31/12/2016
Receita operacional bruta tarifária		
Receita de aeronave e passageiros	941.050	621.971
Receita de armazenagem e capatazia	533.406	347.668
Contribuição tarifária (*)	(324.605)	-
Total da receita operacional bruta tarifária	1.149.851	969.639
Receita operacional bruta não tarifária		
Cessão de espaço	920.735	911.354
Total da receita operacional bruta não tarifária	920.735	911.354
Total da receita operacional bruta tarifária e não tarifária	2.070.586	1.880.993
Deduções da receita bruta	(304.967)	(232.016)
PIS	(39.370)	(30.872)
COFINS	(181.341)	(142.197)
ISS	(73.723)	(48.482)
Devoluções e cancelamentos	(10.533)	(10.466)
Receitas líquida de serviços e cessão de espaço	1.765.619	1.648.976
Receita de construção	-	132.291
Receita operacional líquida	1.765.619	1.781.267

(*) Contribuição tarifária, instituída pela Lei nº 13.319/16, maiores detalhes estão descritos na nota explicativa nº 18 (d).

21. CUSTO E DESPESAS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pessoal e encargos	(141.680)	(161.232)
Conservação e manutenção	(105.895)	(114.249)
Comunicação, marketing e publicidade	(1.170)	(3.374)
Seguros e garantias	(16.916)	(10.622)
Serviços de terceiros	(134.073)	(135.860)
Veículos	(1.981)	(1.502)
Consultoria e assessoria	(16.377)	(18.693)
Aluguéis e impostos	(30.329)	(33.658)
Energia elétrica	(27.335)	(57.387)
Contingências	(3.889)	(2.037)
PCLD	(10.292)	(4.226)
Outorga variável (*)	(197.291)	(184.768)
Depreciação e amortização	(764.897)	(731.405)
Custo de construção	-	(128.575)
Outros	36.923	57.505
	<u>(1.415.202)</u>	<u>(1.530.083)</u>
Custo dos serviços prestados	(1.272.980)	(1.284.146)
Custo de construção	-	(128.575)
Despesas gerais e administrativas	(143.197)	(159.292)
Outras receitas e despesas administrativas	975	41.930
	<u>(1.415.202)</u>	<u>(1.530.083)</u>

(*) Detalhes dos valores da Outorga Variável estão descritos na Nota Explicativa nº 14.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita financeira		
Juros sobre aplicações financeiras	34.694	41.132
Outras receitas financeiras	8.217	3.003
Total	42.911	44.135
Despesas financeiras		
Atualização monetária sobre outorga fixa	(739.483)	(959.194)
Juros sobre debêntures	(71.875)	(97.886)
Juros sobre empréstimos	(288.573)	(293.138)
Comissões e despesas bancárias	(7.902)	(6.644)
Outros	(5.561)	(6.157)
Total	(1.113.394)	(1.363.019)
Total do resultado financeiro	<u>(1.070.483)</u>	<u>(1.318.884)</u>

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Concessionária baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento “concessão aeroportuária” e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

24. PLANO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

Em abril de 2014, a Concessionária tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da INFRAERO, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 - Contrato de Concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 - SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro - Guarulhos - Capítulo XV - Das Disposições Transitórias, item “15.3”.

O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes do plano. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do INFRAPREV, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

Em 31 de dezembro de 2017, não foi identificado passivo atuarial líquido relevante, conforme última avaliação atuarial realizada.

25. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2017, a Concessionária mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantam continuidade e eficácia das operações realizadas no Aeroporto, como seguro de responsabilidade civil, seguro de riscos operacionais, seguro de riscos de engenharia, garantia de obrigações públicas, seguro de vida bombeiros, seguros de riscos diversos (equipamentos móveis - combate a incêndio) e seguro de frota operacional (carros de apoio ao Aeroporto).

Modalidade (*)	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Fim	
Riscos operacionais	1.600.000	24/05/2017	24/05/2018	Tokio Marine Seguradora
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos (US\$)	500.000	24/05/2017	24/05/2018	Mapfre Seguros
Garantia de obrigações públicas	651.853	04/06/2017	04/06/2018	Fator Seguradora
Riscos de engenharia, obras civis em construção/instalação montagem	121.394	26/03/2013	28/02/2018	Tokio Marine Seguradora
Seguro de equipamentos móveis	3.300	24/05/2017	24/05/2018	Allianz Seguros S.A.
Seguro de vida – bombeiros	4.900	24/05/2017	24/05/2018	Tokio Marine Seguradora
Seguro de frota	50.000	24/05/2017	24/05/2018	Itau Seguradora S.A.

A Concessionária tem participação na apólice de seguro D&O do Grupo INVEPAR, com vigência de março de 2017 a março de 2018 com limite máximo de garantia de R\$ 100.000.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Concessionária foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Concessionária não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Concessionária não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2017 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, valores a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Instrumentos financeiros		31/12/2017		
	Valor justo	Custo amortizado	Total	
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	44.420	-	44.420	
Aplicações financeiras vinculadas	144.575	-	144.575	
Contas a receber	-	230.152	230.152	
Partes relacionadas	-	17.730	17.730	
Total do ativo	188.995	247.882	436.877	
Passivos				
Fornecedores	-	70.105	70.105	
Partes relacionadas	-	34.531	34.531	
Empréstimos e financiamentos	-	2.900.880	2.900.880	
Debêntures (*)	-	747.754	747.754	
Obrigações com poderes concedentes	-	12.378.540	12.378.540	
Total do passivo	-	16.131.810	16.131.810	

Instrumentos financeiros		31/12/2016		
	Valor justo	Custo amortizado	Total	
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	49.994	-	49.994	
Aplicações financeiras vinculadas	101.615	-	101.615	
Contas a receber	-	245.148	245.148	
Partes relacionadas	-	17.713	17.713	
Total do ativo	151.609	262.861	414.470	
Passivos				
Fornecedores	-	75.543	75.543	
Partes relacionadas	-	34.549	34.549	
Empréstimos e financiamentos	-	2.826.944	2.826.944	
Debêntures (*)	-	747.741	747.741	
Obrigações com poderes concedentes	-	12.996.625	12.996.625	
Total do passivo	-	16.681.402	16.681.402	

(*) Foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo.

- Hierarquia do valor justo

A Concessionária usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	44.420	44.420	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	144.575	-	144.575	-
Total	188.995	44.420	144.575	-

Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	31/12/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	2.900.880	-	2.900.880	-
Debêntures (*)	747.754	-	747.754	-
Concessão de serviço público	12.378.540	-	-	12.378.540
Total	16.027.174	-	3.648.634	12.378.540

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	49.994	49.994	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	101.615	-	101.615	-
Total	151.609	49.994	101.615	-

Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	31/12/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	2.826.944	-	2.826.944	-
Debêntures (*)	747.741	-	747.741	-
Concessão de serviço público	12.996.625	-	-	12.996.625
Total	16.571.310	-	3.574.685	12.996.625

(*) Foi desconsiderado o valor do custo de captação.

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

- Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto ao BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

- Debêntures

As debêntures em 31 de dezembro de 2017 apresentam valor de mercado R\$ 710.025 (R\$ 639.142 em 31 de dezembro de 2016). Fonte: CETIP

- Concessão de serviço público

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas.

As operações da Concessionária estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Concessionária.

b) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Concessionária às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber. A Concessionária mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras vinculadas em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica provisão para crédito de liquidação duvidosa, nota explicativa nº 6.

c) Risco de liquidez

A Concessionária acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Concessionária é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários.

O quadro a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Concessionária em 31 de dezembro de 2017 e de 31 de dezembro de 2016.

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2017
Fornecedores	70.105	-	-	-	70.105
Empréstimos	442.857	1.616.679	1.808.379	2.784.028	6.651.943
Debêntures	94.699	231.837	306.704	601.721	1.234.961
Concessão de serviço público	250.690	2.522.984	2.730.465	19.295.382	24.799.521
	858.351	4.371.500	4.845.548	22.681.131	32.756.530

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2016
Fornecedores	75.543	-	-	-	75.543
Empréstimos	353.641	762.749	1.058.885	3.539.655	5.714.930
Debêntures	74.135	205.531	281.784	816.597	1.378.047
Concessão de serviço público	1.107.164	2.446.078	2.670.275	19.712.197	25.935.714
	1.610.483	3.414.358	4.010.944	24.068.449	33.104.234

d) Análise de sensibilidade nas taxas de juros

A Concessionária está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras.

Decorre da possibilidade da Concessionária sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Concessionária possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI.

Nos quadros abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: cenário provável, o adotado pela Concessionária com base nos preços de contratos futuros negociados em bolsa de valores e/ou mercadorias e futuros, e cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado.

Ativo financeiro

Operação	31/12/2017	Risco/ indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Caixa e equivalentes de caixa	44.420	-	4.344	3.260	2.172
Aplicações financeiras vinculadas	144.575	CDI (% ao ano)	14.139	10.612	7.070
Referência para ativos financeiros			Provável	Cenário A	Cenário B
CDI (% ao ano)			9,78%	7,34%	4,89%

Passivo financeiro

Operação	31/12/2017	Risco/indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimos	2.900.880	TJLP (% ao ano)	206.543	258.178	309.814
Debêntures	747.754	IPCA (% ao ano)	22.059	27.573	33.088
Outorga Fixa	12.378.540	IPCA (% ao ano)	365.167	456.459	547.750
Referência para passivos financeiros			Provável	Cenário A	Cenário B
TJLP (% ao ano)			7,12%	8,90%	10,68%
IPCA (% ao ano)			2,95%	3,69%	4,43%

27. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Concessionária teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

	31/12/2017	31/12/2016
Encargos financeiros sobre empréstimos financiamentos capitalizados	1.889	7.618
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados	241.841	427.619
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (Fornecedores)	10.408	15.314
Reequilíbrio econômico-financeiro	-	113.844

28. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações contábeis.

A Concessionária não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizando o cálculo de resultado básico e diluído por ação:

<u>Resultado básico e diluído por ação</u>	31/12/2017	31/12/2016
Numerador		
Resultado do período atribuído aos acionistas da Concessionária	(633.623)	(1.068.430)
Denominador (em milhares de ações)	2.021.637	1.612.871
Média ponderada por número de ações		
Resultado básico e diluído por ação - em Reais	<u>(0,313)</u>	<u>(0,662)</u>

29. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 15 de janeiro de 2018 a Concessionária realizou o pagamento de juros e amortização do principal referente ao subcrédito A, no montante de R\$ 26.739.

Em 15 de fevereiro de 2018 a Concessionária realizou o pagamento de juros e amortização do principal referente ao subcrédito A, no montante de R\$ 26.756.

* * *

